

CICLO DE ESTUDOS: **EDUCAÇÃO ESPECIAL - DOMÍNIO COGNITIVO E MOTOR**
INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR: **ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE FAFE**
UNIDADE ORGÂNICA: **ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE FAFE**
NÚMERO PROCESSO: **NCE/25/2500460**
GRAU: **MESTRE**
DECISÃO: **NÃO ACREDITAR**
DATA PUBLICAÇÃO: **2025-10-30**

DECISÃO DO CA

DECISÃO:
Não acreditar

FUNDAMENTAÇÃO EM PT:

O Conselho de Administração decide não acreditar o ciclo de estudos, em concordância com a fundamentação e a recomendação da Comissão de Avaliação Externa. A proposta apresenta várias fragilidades, das quais se destacam: - Reduzido número de docentes face ao Número Máximo de Admissões proposto, não estando garantido o cumprimento do disposto no artigo 57º, 1(b) do Decreto-Lei n.º 65/2018. - Verifica-se um desalinhamento entre as áreas fundamentais do ciclo de estudos e as áreas científicas das unidades curriculares, conteúdos redundantes e desarticulados e objetivos de aprendizagem pouco adequados a um 2.º ciclo. - O plano de estudos assenta numa forte dependência de um enquadramento legal desatualizado (Despacho Conjunto n.º 198/99), sem integração de perspetivas atuais sobre educação inclusiva. - Falta de demonstração convincente da adequação do EaD aos objetivos do ciclo de estudos, não estando garantido o cumprimento do disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 133/2019. - Ausência de percursos personalizados de aprendizagem, contrariando o artigo 11º do Decreto-Lei n.º 133/2019.

FUNDAMENTAÇÃO EM EN:

The Management Board has decided not to accredit the study programme, in agreement with the justification and recommendation of the External Assessment Team. The proposal has a few issues including: - Reduced number of teaching staff in relation to the proposed Maximum Number of Admissions, with no assurance of compliance with Article 57(1)(b) of Decree-Law No. 65/2018. - Misalignment between the fundamental areas of the study programme and the scientific areas of the curricular units, with redundant and disjointed contents and learning objectives that are not appropriate for a second cycle of studies. - The study plan relies heavily on an outdated legal framework (Joint Order No. 198/99), without integrating current perspectives on inclusive education. - Lack of convincing evidence of the suitability of the distance learning (DL) mode to the objectives of the study programme, with no assurance of compliance with Article 4 of Decree-Law No. 133/2019. - Absence of personalised learning pathways, in contradiction with Article 11 of Decree-Law No. 133/2019.